

A ESCASSEZ DO BARRO, O DESMATE INDEVIDO E OS PREJUÍZOS À SAÚDE DO(A) ARTESÃO(A) DO ALTO DO MOURA, CARUARU-PE

CRISTIANE ANA DA SILVA LIMA

UFRPE-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

JAQUELINE GUIMARÃES SANTOS

DENISE CLEMENTINO DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Introdução

O Alto do Moura localizado em Caruaru/PE, tem sua principal fonte econômica a produção e comércio de artesanato com barro. O barro usado para o artesanato da localidade foi durante longos anos fortemente explorado por artesãos, olarias e cerâmicas, o que contribuiu para o quase esgotasse as jazidas de barro existente. No entanto, faltar argila é extinguir a prática do artesanato figurativo do Alto do Moura e encerrar uma atividade que tem valor histórico, cultural, social e econômico, a qual faz parte da riqueza de Pernambuco e conta a tradição de um povo.

Problema de Pesquisa e Objetivo

A criação da Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura – ABMAM teve papel relevante na disputa pela garantia da matéria prima para os(as) artesãos(as) Ações como essas surgem da carência de estruturas e políticas públicas que consigam suprir de forma satisfatória às demandas sociais. Mas garantir a matéria prima não é o único problema que afeta a comunidade. Assim, o objetivo foi analisar as dificuldades enfrentadas pela comunidade do Alto do Moura referentes à manutenção da prática de artesanato, os possíveis prejuízos ao meio ambiente e a saúde do trabalhador-artesão.

Fundamentação Teórica

O Programa do Artesanato Brasileiro tem o compromisso de promover o desenvolvimento integrado do Setor artesanal para isso deve desenvolver ações e políticas públicas coordenadas (BRASIL, 2018). Política pública é algo complexo, está relacionada a várias questões da sociedade, toda a produção de políticas públicas deve estar sempre relacionada uma definição de problemas, a qual deve se originar da percepção dos atores sobre problemas públicos, como também nos interesses que estão em jogo (CAPELA, 2018; OLIVEIRA, PASSADOR, 2017).

Metodologia

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa e descritiva. Ela está inserida em um projeto mais amplo que aborda o Alto do Moura-PE, o trabalho e o artesanato como negócio no século 21. Por isso a pesquisa de campo foi realizada em dois momentos. Para apreciação dos achados optamos pela análise de narrativa. Tal análise pode ter caráter descritivo, simbólico e interpretativo, tratando-se de “um método altamente adaptável para todos os tipos de pesquisa em organizações econômicas e sociais” (MOUTINHO; CONTI, 2016).

Análise dos Resultados

A ABMAM luta para conseguir adquirir outro terreno para a retirada da matéria prima, antes o atual acabe, porém não é tão simples chamar a atenção dos poderes públicos para a problemática tão presente na comunidade e merecedora de políticas públicas para solucionar-las, e esse descaso é fala marcante de vários artesãos. A queima ilegal de madeira para confecção das peças também não envolve apenas o desmate, mas também prejudica a saúde do trabalhador artesão. Existindo, pois, alternativas possíveis para a resolução de problemas, mas carecem da presença e atuação do governo municipal e estadual.

Conclusão

Na fala de vários entrevistados é possível perceber um apelo por uma presença maior dos agentes públicos, como também o medo de perder seus direitos, sendo maior ainda o temor de ter que parar sua atividade. Pois, o artesanato não envolve apenas a questão financeira, mas também o amor e o afeto a sua atividade. Está claro nas narrativas que a possibilidade de se acabar o barro, matéria prima para o Alto Moura, é algo urgente e presente na comunidade, não sendo apenas uma demanda de alguns, mas de muitos que estão envolvidos de forma direta ou indireta com o artesanato na comunidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Portaria nº 1.007-SEI. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. 2018; CAPELLA, A. C. N. Formulação de políticas públicas. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Coleção Governo e Políticas Públicas 2018; MOUTINHO, K.; CONTI, L. Análise narrativa, construções de sentido e identidade. Psicologia: teoria e pesquisa. vol. 32, n. 2, p. 1-8, 2016; OLIVEIRA, L. R.; PASSADOR, C. S. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. Cadernos Ebape. BR, v. 17, p. 324-337, 2019.

Palavras Chave

Artesanado, Artesão, Políticas Públicas

Agradecimento a órgão de fomento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001. Também é um dos frutos de um projeto de pesquisa maior que visa compreender os dilemas vivenciados pela comunidade artesã do Alto do Moura, coordenado pelo professor Marcio Sá (UFPB), ao qual agradecemos.

A ESCASSEZ DO BARRO, O DESMATE INDEVIDO E OS PREJUÍZOS À SAÚDE DO(A) ARTESÃO(A) DO ALTO DO MOURA, CARUARU-PE

1. INTRODUÇÃO

Caruaru, cidade situada no interior de Pernambuco, tem uma das quatro feiras do Brasil, que possui o título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (IPHAN, 2022), e um dos seus bairros, o Alto do Moura, é grande referência no artesanato em barro (LUNARDO, 2019).

Este bairro é situado a sete quilômetros de distância do centro do município, originado de um povoado rural, localizado próximo ao rio Ipojuca, recebeu o nome de Alto dos Mouras, por volta de 1850 (NOGUEIRA, 2015; SÁ *et al.*, 2020; SIQUEIRA, 2006), e, de acordo com o censo mais atualizado, possui 9.315 habitantes (IBGE, 2010), sendo a produção e comércio de artesanato com barro a principal fonte econômica de grande parte de seus moradores (IPHAN, 2006; SILVA JÚNIOR, 2015; SOUSA *et al.*, 2020).

O barro (argila/cerâmica) usado para o artesanato do Alto do Moura foi durante longos anos fortemente explorado para a confecção de peças artesanais do tipo utilitária, decorativa e figurativa, sendo usado também na fabricação de tijolos, telhas, manilha entre outros itens. A exploração sem controle contribuiu para o quase esgotamento das jazidas de argilas existente na cidade. Assim, os(as) artesãos(ãs) foram prejudicados(as) por não possuírem recursos suficientes para comprar lotes de terras, e assim ter a sua própria reserva e, conseqüentemente, garantir a matéria-prima para a continuidade de sua atividade (SILVA, 2007).

Faltar argila é extinguir a prática do artesanato figurativo do Alto do Moura e encerrar uma atividade que tem valor histórico, cultural, social e econômico, a qual faz parte da riqueza de Pernambuco e conta a tradição de um povo. As peças de artesanato do Alto do Moura são verdadeiras obras de arte, obras primas que carregam consigo o modo de ser e viver de muitos pernambucanos (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2022).

É pertinente ressaltar que, se a prática do artesanato de barro do Alto do Moura for extinta, gerará um prejuízo econômico significativo, afinal, tanto a produção como o comércio de artesanato são fontes de manutenção de renda de grande parte das famílias que moram no Alto do Moura (SOUSA *et al.*, 2020). Além disso, será também um grande prejuízo para o turismo da região, já que o Alto do Moura atrai milhares de turistas de todas as regiões do Brasil e do exterior (ECOVIAGEM, 2018).

No Alto do Moura é possível conhecer e adquirir as peças de barro produzidas pela comunidade, visitar a Casa-Museu, antiga residência do Mestre Artesão Vitalino, considerado como o pioneiro nessa arte na comunidade. Além disso, é possível visitar o Memorial Mestre Galdino e ter o privilégio de conhecer as obras de grandes artesãos do barro, como as do Mestre Artesão Manoel Eudócio, que chegou a receber o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, falecido em 2016, aos 85 anos (ARTESANATO DE PERNAMBUCO, 2022; SINDLOJA, 2017).

O artesanato da comunidade desperta “a curiosidade das pessoas em descobrir como foi feito e de onde vem, desvendando assim a história que está incorporada naquele produto” (SILVA; XAVIER FILHO; DAMASCENA, 2019, p. 41) e mesmo sendo tão importante e característico da comunidade, não é possível de observar “no município, uma agenda pública com ênfase específica no artesanato” (SOUSA *et al.*, 2022, p. 2).

Para a preservação da prática do artesanato a comunidade criou a Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura – ABMAM que teve papel relevante na disputa pela garantia da matéria prima dos(as) artesãos(ãs) do Alto do Moura, ajudando na continuidade da prática, pois, desde sua fundação, buscou garantir e preservar os direitos dos(as) artesãos da região, fazendo articulações com órgãos públicos e reivindicando ações

importantes para essa atividade que garante a renda da população local. Gallas *et al.* (2019) explicam que ações como essas surgem da carência de estruturas e políticas públicas que consigam suprir de forma satisfatória às demandas sociais.

É importante destacar que políticas públicas são primordiais para o desenvolvimento de uma sociedade (FERREIRA, CUSIN, 2019), tratando-se de “conjuntos de ações desenvolvidas pelo Poder Público para materializar as indicações de bem comum, justiça social e a igualdade dos cidadãos” (OHLWEILER 2007, p. 1). Desse modo, “a promoção das políticas públicas é de responsabilidade primordial do Estado cuja missão básica nas sociedades democráticas é a realização do bem comum, ou seja, o bem de todos” (ZAMBAM; KUJAWA, 2019, s/n).

Nesse contexto, torna-se importante o desenvolvimento de pesquisas que possam desvelar o cotidiano dos artesãos(ãs) e os efeitos de suas práticas de artesanato. Assim, o objetivo da pesquisa foi analisar as dificuldades enfrentadas pela comunidade do Alto do Moura referentes à manutenção da prática de artesanato, os possíveis prejuízos ao meio ambiente e a saúde do trabalhador-artesão. Em termos metodológicos, a pesquisa foi de abordagem qualitativa com dados coletados a partir de entrevistas semiestruturadas e observações não participantes. Este artigo apresenta cinco seções. Além da presente introdução, a próxima discute sobre os principais aportes teóricos, em seguida, apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na seção seguinte, são analisados e discutidos os dados e, por fim, as considerações finais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PRÁTICA DO ARTESANATO DO ALTO DO MOURA

A origem do artesanato do Alto do Moura, tem início com as primeiras peças confeccionadas por uma criança chamada Vitalino, nascido em 1909, o mesmo tinha mãe louceira, atividade auxiliada pelo pai do mesmo, que era agricultor, suas peças foram inspiradas na atividade da mãe, quando ele tinha seis anos, seu artesanato foi levado para serem vendidos na feira de Caruaru, aos 9 anos de idade ele passa também a acompanhar os seus pais na comercialização das peças, devido ao retorno na venda financeiro das mesmas ele vai continuar com sua atividade também na vida adulta (ROCHA, 2014).

As peças de Mestre Vitalino (bois, vaqueiros e caçadores) se diferenciam das demais por apresentarem o cotidiano do(a) pernambucano(a), saindo do uso tradicional dado ao barro. Seu artesanato ganha destaque quando em 1947, no Rio de Janeiro, ele tem a oportunidade de participar de uma exposição intitulada “Cerâmica Popular Pernambucana”, momento histórico de grande importância nas artes para o Brasil, movimento iniciado em 1940 que buscava valorizar as artes populares, após a realização da referida exposição, foram publicadas várias matérias jornalísticas, influenciando até mesmo o lançamento do livro intitulado “Vitalino”, no ano de 1959 (ROCHA, 2014).

Mestre Vitalino vai ensinar seus filhos a técnica de criação de bonecos de barro, no entanto, será no Alto do Moura, local que ele passa a residir em 1948 e disseminar seu conhecimento para outras pessoas (ROCHA, 2014). A arte de Vitalino demonstra a presença de um tipo de transmissão de conhecimento incorporado, ou seja, não é apenas ensinar, por meio de instruções verbais, mas também pela prática do transmissor e da observação, somado à percepção do aprendiz (CHAMOUX, 1981). Foi uma arte transmitida entre vários artesãos locais.

Desse modo, foi por meio dos artesãos contemporâneos herdeiros da técnica de Vitalino que a tradição do artesanato figurativo permaneceu, e ainda permanece, viva no Alto do Moura de Caruaru, por isso destacamos a importância desse artesão para a existência da prática de artesanato do Alto do Moura (ROCHA, 2014). Vitalino morreu vítima de varíola, em 1963, na

sua residência, a qual atualmente é a Casa-Museu Mestre Vitalino, considerada como o principal patrimônio material do Alto do Moura.

2.1 De onde vem o barro (argila) do Alto do Moura?

No Brasil, as cerâmicas eram utilizadas inicialmente pelos índios, como o povo Marajó, que viveram entre 980a.C. até o século XVIII, suas peças tinham riquezas de detalhes, cores e variedade. Uma característica das peças confeccionadas pelos índios era o uso imediato, tratava-se de instrumentos rudimentares (BYLAARDT *et al.*, 2007). O aspecto artístico e artesanal da cerâmica ganhou vez com os colonizadores portugueses, eles usavam a argila para criar seus santos de barro, e esse costume veio para o Brasil, logo, “a influência religiosa dominou o começo da produção da cerâmica” (MELLO, 1995, p. 17), as primeiras peças religiosas feitas de cerâmica no país foram produzidas em 1560, na Bahia (SILVA, 2007).

No mesmo período, em 1555, era construída no Rio de Janeiro a primeira casa com telha, pedra e cal, uma obra do vice-almirante *Bretanha Nicolau Durand de Villegaignon*, que vinha ao Brasil, com o objetivo de criar uma colônia francesa (MACHADO, 1977). Mas o que é cerâmica? Trata-se de um termo genérico usado para definir: “diversos materiais ou produtos químicos inorgânicos, excetuando-se os metais e suas ligas, resultantes de matérias-primas naturais, que, após um processo de cozimento, adquirem certas propriedades como resistência mecânica a agentes químicos, ao calor etc.” (SILVA, 2007, p. 96).

A cerâmica é um material de imensa resistência (BYLAARDT *et al.*, 2007), os artefatos de argila cozida, ou seja, bonecos, louças, telhas, tijolos, entre outros, são considerados arte cerâmica, já a olaria é o local onde se fabrica os mesmos, quem faz o uso da cerâmica para a construção de artefatos são chamados de ceramistas. No tocante ao processo de confecção dos artefatos, ocorre por meio da mistura do barro com a água. As duas matérias se unem formando uma massa plástica fácil de ser modelada, depois essa massa vai ao fogo e fica um tempo sobre alta temperatura, trata-se da fase mais importante do processo cerâmico (TOMAZETTI, 2003). É no forno que essa massa perde a umidade, fica sólida e não pode mais ter sua forma alterada (SILVA, 2007).

É pertinente citar que existem alguns tipos diferentes de cerâmica, uma delas é a argila vermelha. Os artefatos feitos com ela, após seu processo de queima, ficam com a tonalidade avermelhada. A qualidade do barro também pode mudar, um barro pode ser qualificado de acordo com sua elasticidade, onde quanto mais elástico for, melhor para a fabricação de artefatos (SILVA, 2007). Por uma questão regional, os termos artesanato, cerâmica e olaria apresentam usos diferentes em Caruaru, e são explicados conforme Quadro 01.

Quadro 01: Artesanato, cerâmica e olaria em Caruaru/PE

ARTESANATO	CERÂMICA	OLARIA
Requer menor aplicação de capital e baixo consumo de matéria-prima, além disso para a fabricação não é preciso espaços enormes [...] o uso das mãos para modelar é inevitável, pois o artesão sempre estará diversificando o tipo de produto, quanto a modelo e tamanho. As ferramentas utilizadas são objetos simples, como uma faca velha e pequena, gravetos,	Refere-se ao local onde a fabricação dos objetos é realizada com o uso de maquinário, cujo resultado para o tipo e a qualidade não seria alcançado sem o uso de máquinas. São empresas que necessitam de um grande volume de investimento em capital para adequar uma estrutura capaz de produzir em larga escala. Os tijolos vazados, as telhas prensadas, as lajotas, são exemplos de produtos resultantes das cerâmicas. O uso	Exige tecnologia menos sofisticada[...] menores aplicações de capital. Produz objetos mais rústicos, como [...] a telha comum, feita com uma forma de metal e depois arrastada para uma madeira convexa, que lhe dá a forma definitiva. Para a secagem da telha, faz-se necessária uma cobertura para proteger das intempéries antes do cozimento, principalmente das chuvas. As pessoas que usam torno para fabricar peças cilíndricas ou arredondadas também são consideradas oleiros. Na olaria, o uso direto das mãos na fabricação dos objetos é intensiva, ao contrário da cerâmica. O forno pode ser usado para a queima dos produtos, mas no caso do

espinhos de cactáceas, palitos, tabuinha etc.	de forno que queime grande volume de peças é essencial.	tijolo comum, a formação da caieira já é suficiente.
---	---	--

Fonte: Adaptado de Silva (2007, p. 97-98).

A principal matéria-prima para a prática do artesanato do Alto da Moura é extraída as margens do rio Ipojuca. A bacia hidrográfica desse rio nasce na Serra Queimada da Onça, localizada a 18 quilômetros da cidade de Arcoverde, possui uma área de 3.436km², e tem cerca de 323,9 km de extensão. Sua nascente localiza-se em Arcoverde, localizada há 252 km da capital de Pernambuco (Recife), e desemboca no município de Ipojuca, é preponderantemente orientado na direção oeste-leste, com regime fluvial intermitente, tornando-se perene a partir do seu médio curso, próximo a cidade de Caruaru (VITORINO, 2013)

A retirada de argila em Caruaru é uma prática muito antiga, sendo iniciada pelos índios cariris, e dada a continuidade com as louceiras, pessoas que realizavam o manuseio do barro para a realização de utensílios domésticos (SILVA, 2007; ROCHA, 2014). Na década de 1950, existiam várias olarias que se localizavam às margens do rio e mais algumas situadas fora das margens, o que favorecia a fabricação de tijolos e telhas de barro. No entanto, as olarias passaram, a partir do final de 1960, por vários fatores que contribuíram para a minimização das fontes de argila, como por exemplo, a “exaustão das reservas de argila e pelo avanço urbano, com a fragmentação dos terrenos e a construção de habitações”. Contudo, na década de 1980 ainda existiam aproximadamente 12 olarias, somente no trecho do Alto do Moura (SILVA, 2007, p. 114).

Com o passar dos anos, com a alta utilização do barro pelas olarias, cerâmicas e pelos(as) artesãos(ãs), emergiu a possibilidade da falta da matéria-prima que contribuiu para uma luta entre os(as) artesãos(ãs) para garantir seus espaços de fontes de barro. No entanto, se tratava de uma disputa de grande desvantagem para os(as) artesãos(ãs) que não tinham recursos para assim garantir seus lotes de barro, e ficariam à mercê por exemplo das cerâmicas que por vezes também compartilhavam do seu barro com os(as) artesãos(ãs), por meio da venda da matéria-prima.

Além da disputa desigual, ao que se refere ao poder aquisitivo para a compra de jazida, os(as) artesãos(ãs) também sofrem com a questão da sua matéria-prima ser um bem finito, de não possível realização de reposição. Xavier e Menor (2014, p.44) explicam que “tais reservas não ofereceriam depósitos expressivos capazes de prover, ao curso das gerações, as necessidades crescentes de matérias-primas destinadas à arte cerâmica local”. Diante do exposto, ressaltamos a importância de políticas públicas que contribuam para a manutenção da prática do artesanato, conforme discutimos na seção a seguir.

2.2 Políticas Públicas e o Artesanato

A política pública é de difícil conceituação, afinal é algo complexo e que está relacionada a várias questões da sociedade, como exemplo a economia, a questão ambiental, a intervenção do Estado na sociedade, etc. (NÓBREGA, 2006) além de possuir uma multiplicidade de atores internos ou externos ao Estado (OLIVEIRA, PASSADOR, 2017).

Capela (2018) explica que toda a produção de políticas públicas deve estar sempre relacionada uma definição de problemas, a qual deve se originar da percepção dos atores sobre problemas públicos, como também nos interesses que estão em jogo. Há, portanto, nove elementos que são empregados na definição de problemas, conforme apresenta o Quadro 02.

Quadro 02: Elementos empregados na definição de problemas para políticas públicas

Causalidade	O estabelecimento de narrativas que estabeleçam relações de causa e efeito é uma das formas mais usuais para a definição de problemas e para a representação simbólica na política. Elas possuem como objetivo apontar as causas primárias para que um problema possa ser definido e apresentado de forma consistente. Localizar as causas de um problema representa um recurso para o desenvolvimento posterior de alternativas para
-------------	---

	ação governamental que procurarão neutralizar o problema, modificá-lo ou mesmo eliminá-lo.
Gravidade	Problemas – ou suas consequências – envolvem entendimentos por vezes distintos sobre sua gravidade [...] A percepção de gravidade frequentemente é um elemento importante para capturar a atenção de atores centrais ao processo de formulação de políticas.
Incidência	A definição de um problema envolve descrição: quem é afetado, em que extensão, com que gravidade. Uma situação que se deteriora ao longo do tempo é percebida com maior gravidade do que outra que se mantém estável, ou sobre a qual se tem a percepção de declínio lento
Novidade	Problemas ganham atenção quando envolvem situações não usuais, ou sem precedentes: problemas já conhecidos ou rotineiros tendem a ter uma percepção de importância menor. Os problemas que envolvem a vida social e mobilizam a opinião pública tendem a girar em torno de questões específicas e que, em alguns momentos, acabam por alcançar a atenção do público, resultando em demandas por ação governamental. Porém, a atenção não permanece concentrada sobre o mesmo problema durante muito tempo, deslocando-se para outras questões.
Proximidade	Situações vivenciadas pelas pessoas e diretamente relacionadas a sua realidade, ou que afetam diretamente seus interesses, podem ser percebidas como problemas.
Crise	Forma de descrever uma situação como especialmente grave e que demanda atenção e ação corretiva
Público-alvo	Existem, pois, quatro tipos de público-alvo, são eles a) grupos favorecidos (positivamente representados e detentores de recursos de poder, como idosos e empresários); grupos competidores (negativamente construídos e detentores de recursos de poder, como sindicatos); grupos dependentes (construídos positivamente e politicamente fracos, como crianças e mães); e grupos desviantes (negativamente representados e sem acesso a recursos de poder, como criminosos). E esses grupos são tratados também de forma distinta, onde os grupos favorecidos são entendidos como merecedores, e os desviantes como indignos. Assim, problemas envolvendo alguns grupos têm maiores chances de concentrar atenção, enquanto outros problemas tendem a ser sistematicamente ignorados.
Meios versus fins	Um problema pode ser definido privilegiando a perspectiva dos fins, ou meios. Sendo assim, a percepção sobre o problema pode ser facilitada (ou dificultada) dependendo do debate que se desenvolve, desde o início, sobre as alternativas e soluções que poderiam decorrer da atuação governamental.
Soluções	Três ingredientes são fundamentais: disponibilidade de recursos, ou seja, o entendimento de que há meios suficientes dar suporte à solução e que esse esforço é válido; aceitabilidade, relacionada aos valores éticos da solução a ser adotada; capacidade, principalmente referente à dimensão orçamentária e financeira relacionada aos custos envolvidos na solução.

Fonte: Adaptado de Capella (2018, p. 20-25).

De acordo com a portaria nº 1.007-SEI (2018) a atualização da base conceitual do artesanato brasileiro foi criada para padronizar e estabelecer os parâmetros de atuação do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB em todo o território nacional, cuja finalidade é subsidiar o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB). Portanto, a base conceitual e as informações fornecidas pelo SICAB devem contribuir para a criação de políticas públicas para o setor artesanal brasileiro. A portaria chama a atenção para o papel do Estado nesse contexto e afirma que “a adesão dos Estados e do Distrito Federal dar-se-á por meio de Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento conjunto de políticas públicas para o pleno desenvolvimento do segmento artesanal” (BRASIL, 2018, s/n).

O PAB tem por objetivo “promover o desenvolvimento integrado do Setor artesanal e a valorização do artesão, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico” (BRASIL, 2018, s/n). Para tanto, deve desenvolver ações e políticas públicas coordenadas, as quais devem observar aspectos políticos e territoriais dos Estados Brasileiros, e traz uma lista de finalidade para contribuição da presente pesquisa, as quais destacamos o III e V:

III- fomentar, apoiar e fortalecer a atividade e a cadeia produtiva do artesanato, desenvolvendo instrumentos e ferramentas que promovam a melhoria na qualidade

dos processos, produtos e serviços do setor artesanal; [...] V- articular os meios e os atores capazes de viabilizar soluções competitivas e sustentáveis, que garantam o desenvolvimento integral, social, econômico e a melhoria na qualidade de vida dos artesãos (BRASIL, 2018, s/n).

As políticas públicas são importantes e devem estar presente no universo do artesanato, buscando intervir e contribuir para a continuação da prática do artesanato, sobretudo em regiões periféricas como é o Alto do Moura. Tal prática contribui para a economia local e regional, além de colaborar com a manutenção cultural. A seguir apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa e descritiva (CRESWELL, 2007; MERRIAM; TISDELL, 2009; VIEIRA; ZOUAIN, 2006). Ela está inserida em um projeto mais amplo que aborda o Alto do Moura-PE, o trabalho e o artesanato como negócio no século 21. A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos. Em um primeiro, foram recuperados trechos de entrevistas semiestruturadas realizadas com 20 artesãos(ãs)-proprietários(as) de lojas-oficinas, 03 formadores(as) de opinião, sendo um historiador da cidade, um pároco da comunidade, uma médica responsável pela Unidade de Saúde da Família da comunidade. Além de dois grupos focais: um com a diretoria da ABMAM e outro com o Grupo Flor do Barro, formado somente por mulheres artesãs.

Em um segundo momento, para um melhor entendimento da pesquisa, foram realizadas 04 entrevistas com 02 artesãos(ãs), a presidente da associação da ABMAM e a secretária. Para a realização das entrevistas, utilizamos um roteiro semiestruturado, em que exploramos perguntas sobre o terreno dos artesãos, a necessidade de um novo terreno e como era feito a retirada do barro e quem tinha a permissão para retirar.

Para apreciação dos achados optamos pela análise de narrativa, na qual “a narrativa é um fenômeno social que transpassa a esfera mais cotidiana e as esferas mais sofisticadas da prática humana”. Tal análise pode ter caráter descritivo, simbólico e interpretativo, tratando-se de “um método altamente adaptável para todos os tipos de pesquisa em organizações econômicas e sociais” (MOUTINHO; CONTI, 2016; NUNES; COELHO, 2021, p. 641).

4. O DRAMA PARA GARANTIR A MATÉRIA-PRIMA DOS ARTESÃOS(ÃS)

No período da década de 1980 a Minérios de Pernambuco S.A, por meio do programa de Apoio ao Pequeno e Médio minerador tentando resolver o problema da necessidade de matéria-prima, a tanto reivindicada pelos moradores do Alto do Moura (SILVA, 2007), passa a estudar uma possível reserva para os(as) artesãos(ãs), o primeiro presidente da associação, Manoel Antônio, conta que a primeira jazida, em Barra de Taquara foi uma verdadeira conquista, mas que durou pouco (RACISMO AMBIENTAL, 2014).

Sobre a primeira reserva, Silva (2007) explica que a área doada para os(as) artesãos(ãs) tinha 5.805m², tratava-se de uma reserva de 23.758 toneladas de argila plástica, seu consumo médio deveria ser de 200 toneladas por mês, e duraria aproximadamente 10 anos, dividida em duas áreas que tinham donos diferentes, a área leste foi desapropriada de forma amigável em 1981, porém, a reserva foi esgotada rapidamente, antes mesmo da desapropriação da segunda parte, área oeste.

Fruto de forte pressão dos(as) próprios(às) artesão(ãs) para que não houvesse nenhum tipo de vigilância no terreno, o que resultou da retirada abusiva do barro, que não apenas beneficia os(as) artesão(ãs), objetivo original, mas também as olarias de Caruaru. Além disso, o barro era tirado muitas vezes de caminhões e distribuído para outras áreas do Brasil como Rio de Janeiro, Brasília e outros estados (SILVA, 2007).

A segunda reserva, foi desapropriada no ano de 1985, desta vez o Governo Estadual obrigou que houvesse a retirada do barro de forma controlada e que o terreno fosse vigiado, além da imposição da cobrança de uma taxa aos(as) artesãos(ãs), cada retirada equivalia a 13 latas de 20 litros (SILVA, 2007). A ABMAM delegou a um grupo de carroceiros a missão de realizar a coleta e também o preparo do barro. De acordo com a solicitação feita pelos(as) artesão(ãs), nessa época existia cerca de cinco pessoas que faziam essa extração, os mesmos faziam o uso de carroça puxada por um jumento para transportar o barro.

No entanto, essa reserva também esgotou e o barro passa a ser adquirido de uma reserva particular e, mais uma vez, a associação luta para conseguir um novo terreno com o governo estadual (SILVA, 2007). A associação possuía um terreno em vista, porém, existiam várias questões processuais para a desapropriação, mas por meio de articulação política entre associação, prefeitura e governo estadual foi comprado um novo terreno. O governo estadual enviou dinheiro para a prefeitura de Caruaru, que fez uso de 87,5% do referido recurso para a compra do terreno solicitado pela ABMAM (SILVA, 2007).

A terceira reserva, foi conquistada em 2007, neste ponto é importante destacar que o terreno de 23.758 toneladas de argila plástica, mesmo com a extração correta, estipulada pela Minérios de Pernambuco S.A, responsável por analisar o solo do local, tinha precisão de duração de apenas 10 anos, o que demonstra um descaso dos governos públicos tanto em âmbito municipal como estadual, pois se a primeira parte do terreno foi liberada em 1981, em 1991 já deveria existir um novo terreno para os(as) artesão(ãs). Porém, infelizmente apenas quase três décadas depois é que novamente os representantes voltam seus olhos para as necessidades da população.

A avaliação do terceiro terreno, comprado com verba pública, foi feita por um técnico representante do estado acompanhado por quatro artesãos da região, por meio de uma avaliação informal, ao contrário da que foi realizada em 1981, chegou-se à conclusão que o terreno poderia durar até 40 anos (SILVA, 2007).

Atualmente, as encomendas dos artesãos passam a ser feitas diretamente à associação, a qual faz a autorização da retirada e cobra um valor simbólico pelo barro. Normalmente, são outras pessoas, e não o próprio artesão, que faz a retirada do barro no referido terreno e, por muitas vezes, são essas mesmas pessoas as responsáveis por preparar o barro e entrega-lo ao(a) artesão(ã), as quais cobram pelo serviço prestado. O carregamento da argila pode ser feito de forma braçal, por carroça ou carro.

O terreno de retirada continua sendo vigiado para manter a segurança do espaço (VITORINO, 2013). De acordo com Silva (2007) a nova reserva era muito próxima da comunidade, diferente das anteriores que estavam a três quilômetros de distância do Alto do Moura. Porém, a nova reserva também se encontra em fase de declínio, tendo apenas mais alguns anos. Conforme reportagem em destaque:

Os artesãos, que em sua maioria têm o barro como principal fonte de renda, alegam que, nos próximos anos ele pode não ser suficiente para a produção das peças. De acordo com eles, foi ligado um sinal de alerta porque o principal terreno de onde é retirada a matéria-prima para produção do artesanato só teria suprimento o suficiente para mais quatro ou cinco anos (UOL, 2021).

A quarta reserva ainda não foi conquistada, no ano de 2022 a ABMAM localizou uma jazida a cerca de dois quilômetros do Alto do Moura, em uma zona rural, e tenta por meio de conversas com o governo municipal e governo estadual adquirir o terreno e assim atender a necessidade da comunidade. A prefeitura municipal chegou a divulgar que o novo espaço dos(as) artesãos(ãs) possuía oito hectares e que já estava em processo de compra (G1 CARUARU E REGIÃO, 2022).

Porém, de acordo com o presidente da ABMAM a informação passada pela gestão pública municipal da época (2022), prefeita Raquel Lyra, não procede, pois apenas foi enviada

uma carta de intenção de compra aos proprietários da terra. Este descaso público com o tema é muito preocupante, como explica o historiador entrevistado:

Ausência ou diminuição muito grande da reserva da argila nas margens do Rio Ipojuca, tem tido muitos problemas, o último setor foi alugado/comprado lá no primeiro mandato de Tony Gel [entre 2001 e 2008], a prefeitura disponibilizou uma verba lá e conseguiu comprar, mas tem um prazo, se você afundar muito, chega um momento que mistura com areia do leito do rio (TRECHO DE ENTREVISTA DO HISTORIADOR).

O medo da ausência da matéria prima é algo que preocupa os artesãos, como é visto na fala de A1, quando perguntado sobre possíveis dificuldades que enfrenta enquanto artesão “*a falta de apoio do poder público no fornecimento da matéria-prima e da lenha, entre outros recursos que todo artesão precisa para trabalhar*”. A artesã A2, denuncia a falta de controle do barro que é retirado do Alto do Moura, que, por vezes, acaba sendo levada por pessoas de fora da comunidade.

Aqui, é preciso destacar que de acordo com a associação apenas a comunidade do Alto do Moura faz uso do barro que encontra-se no terreno destinado aos artesãos, porém denúncias como essas não podem ser ignoradas e precisam ser maior investigadas, sendo importante evidencia que essa fiscalização deve ser feita pelos(as) artesãos(ãs) e também por entidades públicas.

A preocupação com a falta do barro, está influenciado até as futuras gerações de artesãos como dito por A3, que explica que quando pensa na atividade em longo prazo, termina se preocupando com a disponibilidade da matéria prima (daqui a vinte anos), o que influenciou a decisão da mesma em incentivar seus netos a estudem para a profissão que escolheram. E complementa que o seu receio é que um dia o barro, sua matéria-prima, não esteja mais disponível, e conseqüentemente a sua arte deixe de existir, para isso, ela imagina como solução a apropriação de áreas pela prefeitura, para que estas fiquem guardadas e sejam utilizadas mais na frente.

Essa preocupação também foi motivo de aflição da A4 “*já pensou dentro de 5 anos não ter mais nenhum artesão aqui no Alto do Moura? Porque quase todo mundo mexe com barro. Vai acabando, acabando, acabando*”. A4 acredita que quem deve cuidar do terreno dos artesãos seja a associação. Mas, como explicado anteriormente, isso já acontece.

É preciso destacar que normalmente o barro usado pelos artesãos do Alto do Moura, conforme entrevista A12 em partes sai do terreno dos artesãos, desde que autorizado pelo presidente de associação e por meio do pagamento de uma taxa que não é fixa e muito menos existe uma tabela de valores para servir como orientação. Essa informação foi confirmada na associação, pois foi fornecido a informação que o(a) artesão(ã) paga um valor simbólico para a retirada do barro, mas não foi informado o valor exato por não existir uma tabela para isso, “*é mais um acordo entre o(a)s artesão(ã) e o presidente, por isso ele [o presidente] é que estipula o valor* (A12). “*Quem estipula o valor e o presidente*” (SECRETÁRIA DA ABAMAM).

A artesã falou de valores que variam entre 50,00 e 80,00 reais depende da capacidade do carro que fosse buscar o barro (salientando que ela é de uma família associada da ABAMAM). Também foi informado pela secretaria da associação que não precisaria ser membro da ABAMAM para retirar o barro, porém teria que pertencer a comunidade, e que pagaria um valor maior pela retirada. Aqui, fundamental esclarecer que não existe nenhuma tabela de valor que guie esses parâmetros estipulados pela associação.

A outra forma de conseguir o barro é comprando diretamente a algum dono de terreno que tenha jazida de argila, e neste caso, o artesão fica à mercê do valor que esse proprietário(a) queria pedir. A12 explica que o barro da associação não é de boa qualidade, é por isso para ela é mais interessante comprar a outras pessoas para não comprometer a qualidade de suas peças, ficando o barro da associação usado mais na criação de peças decorativas simples ou souvenir.

Nesta entrevista foi identificado que alguns(as) artesãos(ãs) no Alto do Moura fazem o uso da terra do formigueiro de saúva, trata-se de uma matéria prima, de acordo com a artesã A12, de grande importância pois ajuda na melhoria da qualidade das peças que são confeccionadas para serem usadas no fogo, como por exemplo travessas e panelas de barro. Esse barro é proporcionalmente misturado a outros para conseguir a qualidade e a textura ideal, encontramos aqui um processo inovativo na matéria prima utilizada nas produções das peças. Afinal, alguns dos propósitos da inovação é ganhar vantagem competitiva no mercado (GALLAS, 2019) e ter uma melhor qualidade no produto vendido é um diferencial no mercado.

Porém, outro fato que chama a atenção, é a possibilidade de retirada da terra de formigueiros de um bioma que talvez possa sofrer algum dano com a continuidade dessa prática de forma indiscriminada. De acordo com a artesã A12 não existe proibição do Ibama sobre o uso da terra de formigueiros de saúva. Porém, podemos indagar se não seria interessante que se comece a questionar a necessidade de algum tipo de controle sobre isso. Não estaríamos diante de outro futuro problema relacionado a preservação da fauna e da flora? Insetos, como as formigas, podem ajudar na reprodução de diversas espécies vegetais como explica Götsch (1995, p.9):

além da saúva cortar o podar exclusivamente o que não está no lugar adequado, seja pela origem ou pelo uso temporário, ela nos ajuda em outro trabalho importante. A saúva transforma os lugares onde costuma viver terras nuas, empobrecidas, compactadas e muitas vezes ácidas - em um chão com terra afogada e enriquecida com matéria orgânica. São os núcleos onde se estabelecem os precursores de uma vegetação mais frondosa e de uma vida mais rica, de futuro.

Uma terceira opção, a qual é mais viável para quem produz peças pequenas de artesanato, é a compra de pequenas quantidades de barro já pronto, pois existem artesãos(ãs) que além de produzir as peças, também trabalham no preparo do barro de forma mecânica, facilitando a vida de quem compra essas pequenas porções.

Também verifica-se uma quarta opção, que é a retirada do barro em local não permitidos, o que é possível de observar na preocupação da artesã A5 que comentou que estava preocupada com o barro, pois um dos seus fornecedores, o qual ela é cliente há bastante tempo, não entregou o barro na referida semana porque o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama estaria “de olho”, ou seja, fiscalizando. O medo dela é que passem a proibir o uso da matéria prima e ressaltou: “*como fica o Alto do Moura, como a gente vai trabalhar?*”.

Essa prática ilegal é muito preocupante, afinal a retirada de argila pode provocar impactos ambientais como “desequilíbrios ecológicos e agrícolas, erosão, assoreamento dos rios e lagos, desmatamento” (ALMEIDA, 2020).

A artesã A5 explicou que frequenta as reuniões da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE e que expõe suas angústias sobre as questões em torno do barro e da lenha “*porque não adianta artista sem matéria prima*” (A5). Não é somente ter um local legalizado para retirar o barro, mas principalmente ter um local que tenha um bom material, por isso existe uma urgência na aquisição dessas terras pelos órgãos públicos para os(as) artesãos(ãs), afinal estamos falando de grandes terrenos que são caros e que a comunidade não teria poder aquisitivo para comprar. Se esses terrenos não forem comprados e reservados para a comunidade, no futuro não muito longe, o barro de Caruaru terá que vir de outras regiões. Como fala angustiada a artesã:

Sem falar que a área do barro que a gente tinha, que tinha o melhor barro, foi vendida vocês souberam? Eu previ isso aí há mais de dez anos atrás quando [...] ainda era vivo, aí eu dizia direto em casa: - mas rapaz, devia arrumar um jeito de comprar aquela área ali, porque na hora que ela morrer, eu sendo filho dela, não como artesão, como agricultor que eles são né, eu venderia na hora. Porque o que é melhor, na época eu pensava assim, eu pegar cinco mil reais de uma cerâmica ou pegar há dez reais um caminhão de barro? Aí aconteceu, ela morreu...quando ela morreu eu disse “pronto, cabosse!”, mas só agora [...] eles venderam...Nós temos aqui, acho que a única área de barro ali no posto Agamenon [um bairro de Caruaru], a melhor da região é aquela

ali, aí se o dono não quiser mais, e aí? Já falei com Helton [presidente da ABAMAM] pra correr atrás. (A10).

A lenha usada na queima das peças é assunto de grande relevância e por isso será tema do próximo tópico.

4.1 A queima do barro para a confecção das peças e desmatamento indiscriminado

Depois que as peças são criadas, elas precisam ir ao forno para serem queimadas, porém nessa etapa da produção das peças é possível perceber a presença do desmatamento da mata nativa da região, conforme explica o historiador entrevistado, ao alertar para o tamanho do problema.

E também **o uso da lenha**, isso é um gargalo, não pode mais a gente pensar que o Alto do Moura com toda essa riqueza que tá trazendo pra economia e essa de dizer que Caruaru é o centro da arte, quando **está colaborando de forma assustadora com o desmatamento, caminhões andando de madrugada escondidos da fiscalização para entregar madeira para ser queimados nos fornos**, isso deve ser denunciado... agora você faz isso? Vai fazer o que com os artesãos, vai parar a atividade deles? Aí sim entraria um plano do SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] ou do governo para instalar fornos elétricos (HISTORIADOR, grifos nossos).

O desmatamento da mata nativa está em desencontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS de número 15, Vida Terrestre, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual explica que é preciso “até 2030, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente” (ONU, p.41, 2016).

O uso do forno elétrico foi um ponto da conversa com a Artesã A6, ela ressaltou que na ABMAM há um forno elétrico “perdido” que ninguém usa, pois gasta muita energia e sai caro e complementa: “*De gás seria bom, mas só cabem poucas peças*”. Além de que “*só cabem 20 bonecas por vez e no forno a lenha cabem 500*”. A própria artesã sugere uma solução para o problema, que seria o uso de forno elétrico ou a gás, mas em ambas as opções é preciso o envolvimento de políticas públicas que possam viabilizar a implementação de um ou ambos.

O uso do forno a lenha é um problema não apenas pelo uso indiscriminado de madeira, mas também para os(as) artesãos(ãs) que confeccionam as peças, afinal não são todos que possuem forno, sendo uma alternativa o aluguel. No entanto é muito difícil competir com outros que produzem em maior quantidade por terem uma equipe de artesãos ou funcionários¹ trabalhando para ele.

é muito difícil porque **nem todo mundo pode ter o forno**, como hoje tem gente que tem o forno e tem gente que não tem, e **tem que alugar o forno** do vizinho, aí tem o período de cura do barro e o período de secagem. Então **as vezes eu faço só vinte peças e não dá uma fornada toda**, mas aí tem outro que tem o forno e quer alugar pra mim, mas não dá porque só tenho vinte peças, **ele toda hora tem peça porque tem uma equipe trabalhando pra ele, aí o forno tá sempre ocupado**, imagine isso no forno elétrico? Acho que vai redimensionar ou ampliar o problema (HISTORIADOR, grifos nossos).

Mesmo não sendo tão evidenciado como o barro, a lenha é uma matéria prima importante, e por isso apareceu várias vezes nas falar dos(as) entrevistados(as). O Artesão 01 denuncia a falta do apoio do “*poder público no fornecimento da matéria-prima e da lenha*”. A

¹ Além do modo tradicional de realizar o artesanato no Alto do Moura, também o possível de encontrar um tipo diferente de produção, trata-se de um formato híbrido seriado, na qual o modo tradicional se mescla ao modo de feitura artesanal (GONÇALVES; ALMEIDA, 2013; SOUSA *et al.*, 2020). Trata-se de um tipo de produção em série, na qual enquanto um trabalha o corpo da peça, outro faz a fixação dos membros, da cabeça e cuida dos detalhes, outro faz a queima e outros pintam. Geralmente são trabalhados remunerados por produção (ROCHA, 2014; SOUSA *et al.*, 2020).

artesã 03 também fala da necessidade da lenha para a produção das peças, e que isso é uma constante preocupação, ela sugere como solução que o poder público financie a troca do forno a lenha por um a gás.

Em uma visita feita a um forno com a entrevistada A6, foi perguntado a artesã se ela sentia algo com a queima (se referindo a saúde da mesma). Sua resposta foi “*bem não faz, é a única coisa que é ruim [no artesanato]*”, mas minimizou dizendo que a pessoa não fica direto no fogo e que ela não sentia nada: “*Veza por outra tenho que ficar indo lá no forno para ver como estão fazendo o trabalho*”, ou seja, se estão economizando madeira e como está o andamento da atividade.

Ela informou que compra madeira de demolição, que o “*peçoal vem vender aqui*” e que é uma forma de preservar o meio ambiente. Brincou dizendo: “*Se alguém desmata, não é a gente*”, mas logo disse saber que ao usar madeira também contribui. E destacou que uma forma de minimizar o impacto ambiental era usar madeira velha. Falou inclusive que “*a madeira tirada da mata, geralmente nem presta porque é verde*” (A6). Sobre a compra de madeira usada outra artesã explica que:

Uma das preocupações que temos é exatamente com a queima das peças. Inclusive já entramos em contato com uma empresa e ela vai estar repassando para gente o resto de madeira, para que nós possamos aproveitar. Porque uma das dores de cabeça nossa é a gente tentar, no futuro bem próximo, trazer fornos elétricos a gás, para a gente poder ver nossa fauna e flora desencadear. Mesmo apesar da vizinhança, como eu coloquei anteriormente, com relação às construções, mas ainda o pouco que nos resta, se nós tivermos essa preocupação em começar, na prática, a evidenciar, vamos dar o subsídio necessário para evitar o desmatamento da nossa mata nativa típica (A12).

A entrevistada A7 também falou do trabalho no forno, conta que “*essa é a parte que não é boa não*” e explica que como está começando não sente nada, mas que quem trabalha a vida toda “*deve sentir*”. “*Mãe queimava o dia todo*”. E sobre o uso do forno elétrico ressalta que na opinião de alguns artesãos(ãs) se “*perde a característica do tradicional*”. Poder usar a madeira sem medo e de forma sustentável é um sonho para os(as) artesãos(ãs):

eu quero particularmente, que [o grupo que ela faz parte] consiga em primeiro lugar, [...] uma reserva de sustentabilidade para a gente queimar nossa peça, conseguir nossa lenha para queimar nossas peças, é isso que [o grupo que ela faz parte] vai correr e vai conseguir, venha de onde vier esse poderoso que dê pra gente, mas a reserva para a gente ter a nossa lenha para queimar nossas bonecas, sem precisar de agredir a natureza (A7).

Existem nessas pessoas a consciência do que está certo ou errado, o que não existe é a ajuda para corrigir os erros.

Uma das coisas que a gente tava pensando, e se Deus quiser a gente vai conseguir com governo ou alguma coisa, é a doação de empresas de construção civil, essas madeiras que são jogadas fora, sei lá, abandona por aí, e isso é muito bom pra gente, então se a gente conseguir doação para isso, ou então futuramente a gente pensa em forno a gás, então são coisas que a gente tem, projetos para cá, para que dê uma sustentabilidade melhor, siga mais né, apesar de nem todo mundo querer seguir no artesanato, tem esse porém, mas todos que trabalham, que sejam mais sustentáveis, porque assim é preocupante (A8).

A queimada do barro não inclui apenas a agressão a natureza, mas também a agressão a saúde dessa comunidade, como será discutido no próximo tópico.

4.2 A saúde da comunidade do Alto do Moura

Em visita realizada ao posto de saúde local, foi perguntado a médica da unidade quais as demandas de saúde que são característica da comunidade. A profissional relatou dois problemas que estão relacionados com o uso da água. Trazendo para o debate a pauta do consumo da água potável e do saneamento básico, como é possível observar na fala da mesma.

É, a gente tem um índice de **doenças digestivas**, especialmente, **diarreia**. **Não passa um dia sem a gente atender um caso**, rotineiramente, mais de um, então, a gente pergunta às pessoas: qual é a água que você consome? e elas respondem: 'a do caminhão'. Mas você faz algum tratamento? E elas dizem: 'não'. Então, a água é extremamente contaminada [...]. Esse é o nosso desafio cotidiano. Agora se a gente for pensar do ponto de vista de questões de saúde coletiva. A gente tem algumas questões ambientais importantes, por exemplo, o saneamento é uma delas, pois tem um reflexo direto no adoecimento das pessoas (MÉDICA).

Porém, um dos principais pontos a ser destacado é o prejuízo à saúde dos(as) artesãos(ãs) por meio da inalação da fumaça da queima das peças de artesanato:

Uma outra questão, que tem uma relação muito grande com o adoecimento das pessoas, que está relacionada com o artesanato, é **a queima das madeiras, que faz com que a comunidade do Alto do Moura tenha uma incidência de doenças respiratórias mais alta do que em qualquer outra que eu já tenha trabalhado**. A quantidade de **asmáticos, gente com rinite, sinusite...** É uma quantidade muito grande que a gente tem lá. E **as pessoas, obviamente, não melhoram porque o ambiente não permite** lá... a qualidade do ar é essa, tem queima sempre, tem fuligem sempre, tem fumaça sempre e as pessoas vão continuar sempre com esses sintomas respiratórios (MÉDICA, grifos nossos).

Quanto ao trabalho realizado na queima das peças, Tavares (2014) explica que tanto o fogo como a fumaça parecem atingir os olhos e também o sistema respiratório dos mesmos por meio da fuligem espalhada pela fumaça. A autora alerta para a possível presença de doenças relacionadas à atividade dos artesãos do Alto do Moura. Também se destaca na fala dos entrevistados a presença do excesso de trabalho. Seus discursos remetem a problemas de saúde específicos que estavam relacionados com dor de coluna, resfriado, contaminação e outros.

Algo semelhante foi apontado por Silva *et al.* (2019), os autores fizeram um estudo dos riscos no processo produtivo de peças de barro confeccionados por artesãos(ãs) do Alto do Moura e descobriram que os profissionais que trabalham com o forno e a pintura das peças estão expostos a diversos riscos, como: queimaduras e intoxicação com fumaça e tinta. Entre os problemas possíveis de ocorrer, pelo menos uma vez, durante a vida laboral do(a) artesão(ã) estavam: dores na coluna, pescoço e articulações; insolação; cortes e calos; queimaduras e inalação da fumaça.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário atual do Alto do Moura é possível observar a falta de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da prática de artesanato, a diminuição de grande parte da reserva natural de argila nas margens do Rio Ipojuca em Caruaru, dificuldade que impacta na garantia da manutenção da matéria-prima desses profissionais. Mas esse não é o único problema que afeta a comunidade, também se verifica a questão ambiental relativa a queima das peças de barro com uso de madeira extraída, muitas vezes, da mata nativa da região de forma indiscriminada e o prejuízo à saúde física dos(as) artesãos(ãs) devido a inalação dessa fumaça oriunda das queimadas.

Na fala de vários entrevistados é possível perceber um apelo por uma presença maior dos agentes públicos, como também o medo de perder seus direitos, sendo maior ainda o temor de ter que parar sua atividade. Pois, o artesanato não envolve apenas a questão financeira, mas também o amor e o afeto a sua atividade. Está claro nas narrativas que a possibilidade de se acabar o barro, matéria prima para o Alto Moura, é algo urgente e presente na comunidade, não sendo apenas uma demanda de alguns, mas de muitos que estão envolvidos de forma direta ou indireta com o artesanato na comunidade.

Ainda falando sobre o barro, é preciso que o poder público desperte para a necessidade de políticas públicas que consigam não apenas adquirir terrenos que possuam boas jazidas de argila para a comunidade, mas também preserve essas terras por meio de uma melhor

fiscalização, afinal, atualmente quem atua nesse sentido é a ABAMAM, mas esse controle ainda é muito vago de informações, dados, critérios, podendo assim, não atingir o seu objetivo, que é não apenas fazer com que se exista um terreno para retiradas de argilas pelos artesãos, mas também um controle mais justo, igualitário que consiga ter total clareza em todo o processo, almejando o bem coletivo da comunidade.

Sobre o uso de diferentes tipos de barros para o preparo da massa utilizada na confecção das peças, fazemos um alerta para o uso de terra de formigueiros de Saúva, salientando que até o momento não foi identificado que tal procedimento seria algo ilegal, mas é preciso destacar que podemos aqui estar falando de um futuro desequilíbrio na fauna e na flora da região de Caruaru, devido a importância desses insetos e do trabalho que os mesmos fazem na terra, é preciso que esses artesãos recebam as orientações sobre como lidar com esse bioma e como coletar essa terra da melhor forma possível, sem prejudicar a natureza, e perpetuando a atividade por meios de boas práticas, e de um bom convívio com a natureza.

No Alto do Moura não existe apenas a problemática do barro, mas também do uso ilegal de madeira, e da fumaça liberada na queima de madeira, procedimento considerado como necessário para a criação das peças. É uma questão séria que envolve o desmatamento da mata de forma indevida, indiscriminada e sem uma fiscalização eficiente, eficaz e efetiva, visto que nas falas dos artesãos é possível confirmar que a prática indevida existe, mas que também há uma conscientização por meio deles de como é errado tal procedimento e a tentativa de resolver. Mas por se tratar de uma comunidade, mais carente não possuem estruturas e recursos suficientes para trocar o uso da madeira por forno elétrico ou a gás. Isso ficou muito claro ao perceber que na ABAMAM existe um forno elétrico que foi inutilizado pelo fato do seu uso necessitar de grande quantidade de energia elétrica o que encarece a produção.

Sendo que hoje em dia é possível se falar em fontes de energia limpa como a energia solar, que diante de um projeto público poderia ser realizado um galpão para a queima das peças em forno elétrico com energia solar, seria um grande avanço para a comunidade, o meio ambiente seria beneficiado e também a região que ficaria livre das fuligens de fumaça tão corriqueiras no bairro devido a prática do artesanato.

Essa fumaça termina sendo outro problema que afeta diretamente a saúde da comunidade, sendo comum pessoas que trabalham como o processo de queima das peças terem problemas respiratórios, sem falar na possibilidade de queimaduras, ou em acidentes mais graves que estão sujeitos a ocorrer, quando se mexe com madeira e fogo. São necessárias políticas públicas específicas que tentem minimizar essas demandas existentes.

Aqui também destacamos que essas políticas públicas sugeridas são importantes para a manutenção econômica da comunidade, que está altamente relacionado ao turismo sendo relevante destacar a ODS nº 15 que tem como objetivos até 2030 “conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais” (ONU, 2015, p. 23), texto que deve servir de inspiração e atenção do governador de Pernambuco e do prefeito de Caruaru, pois se não da forma que se encontra o turismo do Alto do Moura, está retrocedendo ao que se refere a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ARTESANATO DE PERNAMBUCO. **Nossos Mestres**. Manuel Eudócio – Família. 2022. Disponível em: <http://www.artesanatodepernambuco.pe.gov.br/pt-BR/mestres/manuel-eudocio-familia/mestre> Acesso em: 28 nov. 2022.

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS - ASN. **Sebrae/PE leva a mostra “Pernambuco Encantado” para o Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://pe.agenciasebrae.com.br/modelos-de-negocio/mostra-pernambuco-encantado/> Acesso em: 21 jun. 2022.

ALMEIDA, J. L. Impactos ambientais provocados pela extração de argila no Município de Ibiassucê-BA. **Revista Científica Multidisciplinar** Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 09, Vol. 03, pp. 35-46. 2020

BRASIL. **Portaria nº 1.007-SEI**. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. 2018.

BYLAARDT, M. P.; FERREIRA, M.C.; XAVIER, B.; CARVALHO, R.L; CÂNDIDO, A.V; TEXEIRA, A.M. **Arte e artesanato** - Projeto Experimental. Belo Horizonte-MG: UFMG: 2007.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de políticas públicas**. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Coleção Governo e Políticas Públicas 2018. 152 p.

CHAMOUX, Marie-Noëlle. **Les savoir-faire techniques et leur appropriation**: le cas des Nahuas du Mexique. *L'Homme*, v. 21, nº 3, p. 71-94, 1981.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ECOVIAAGEM. Caruaru. **Os Senhores do Barro e seus artesanatos - Alto do Moura é parada obrigatória na capital do Agreste**. Disponível em: <https://ecoviagem.com.br/noticias/turismo/turismo-cultural/senhores-do-barro-alto-do-moura-e-parada-obrigatoria-na-capital-do-agreste-18177.asp> Acesso em: 24 mai. 2022.

FERREIRA, M. A. N.; CUSIN, C. A. Perspectivas conceituais e gerenciais de políticas públicas na contemporaneidade. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 5, n. 2, p. 157-170, 2019.

G1 CARUARU E REGIÃO. **Prefeitura de Caruaru anuncia nova área para artesãos do Alto do Moura retirarem barro**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2022/02/15/prefeitura-de-caruaru-anuncia-nova-area-para-artesaos-do-alto-do-moura-retirarem-barro.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2022.

GALLAS, J. C.; PIMENTA, A. A.; GONÇALO, C. R.; RODRIGUES, R. B. **Economia Criativa e Inovação Social**: uma análise a partir de uma comunidade de artesãos cearenses. *Desenvolvimento em Questão*, v. 17, n. 49, p. 176-190, 2019.

GASPAR, L. **Alto do Moura, Caruaru, Pernambuco**. Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar%20/index.php?option=com_content&view=article&id=815:alto-do-moura-caruaru-pernambuco&catid=35:letra-a&Itemid=1 Acesso em: 04 set. 2018.

GOTSCH, E. **Homem e natureza**: cultura na agricultura. Centro de Desenvolvimento Agroecológico, 1995.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010 **CENSO, IBGE**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê Feira de Caruaru**: Inventário Nacional de Referência Cultural. Redação de Bartolomeu Figueirôa de Medeiros (Frei Tito). Recife: Iphan, 20 set. 2006.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Projetos Realizados de Identificação de Bens Culturais Imateriais**. 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/681/> Acesso em: 27 set. 2022.

LUNARDO, E.S. Mestras do Barro: A essencialidade feminina na arte do Alto do Moura. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. **XV ENECULT**. Salvador, 2019.

MACHADO, C. de C. **O barro na arte popular brasileira**. Rio de Janeiro: Lídio Ferreira Júnior Artes Gráficas e Editora, 1977.

MARTINS, D. F. V. A Perspectiva da Moral na Aprendizagem da Prática do Artesanato de Barro Figurativo no Alto do Moura. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 8, n. 1, 2019.

MELLO, P. C. **Vitalino sem barro: o homem**. Brasília: Assis Chateaubriand/Ministério da Cultura, 1995.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. Qualitative research: A guide to design and implementation. **John Wiley & Sons**, 2015.

MOUTINHO, K.; CONTI, L. Análise narrativa, construções de sentido e identidade. **Psicologia: teoria e pesquisa**. vol. 32, n. 2, p. 1-8, 2016.

NÓBREGA, W. R. M. **Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o PROECOTUR no distrito de Mosqueiro, Belém -PA**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Santa Cruz; Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2006.

NOGUEIRA, A. R. Saberes e Fazeres da Produção Familiar do Artesanato do Barro na Comunidade do Alto do Moura-Caruaru/PE. **Anais do Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul**, v. 3, p. 277-290, 2015.

NUNES, A.; COELHO, H. Análise narrativa no cenário de pesquisa da ciência administrativa brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 3, p. 630-660, 2021.

OHLWEILER, L. **A construção e implementação de políticas públicas: desafios do direito administrativo moderno**. Verba Juris, v. 6, n. 6, jan./dez, 2007.

OLIVEIRA, L. R.; PASSADOR, C. S. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. **Cadernos Ebape**. BR, v. 17, p. 324-337, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU; 2015.

RACISMO AMBIENTAL. **Caruaru: sem lama, Alto do Moura é o caos**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2021/12/28/caruaru-sem-lama-alto-do-moura-e-o-caos/#:~:text=Para%20700%20pessoas%20do%20Alto,Hoje%2C%20esse%20legado%20est%20amea%20ado>. Acesso em: 24 jun. 2022.

ROCHA, D. N. **“A arte é para todos”**: patrimônio cultural, tradição de conhecimento, processos sociotécnicos e organização social do trabalho entre os artesãos do Alto do Moura (Caruaru/PE). Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA 2014. 187f

SÁ, M.; SOUZA, D. C.; SOUSA, J.; LEAL, B. **A comunidade artesã do Alto do Moura no século 21: Tensões Emergentes em um Espaço Social Local em Transformação**. Política & Trabalho, UFPB, v. 52, p. 178-195, 2020.

SILVA, L. P. **A disputa da argila pelos artesãos do Alto do Moura Caruaru**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia. Recife, 2007.

SILVA, M. L. B.; SILVA, C.A.; SANTOS, I.R.; SILVA FILHO, A.R.A. Análise preliminar dos riscos APR: estudo no processo produtivo de peças de barro confeccionados por artesãos do Alto do Moura Caruaru-PE. In: **Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, ENEGEP, 2019.

SILVA, N. C. F.; XAVIER FILHO, J. L. J.; DAMASCENA, E. O. Competências empreendedoras em artesãos no Alto do Moura em Caruaru (PE). **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v. 7, n. 1, p. 40-62, 2019.

SILVA JÚNIOR, A. B. **Os artesãos do Alto do Moura: uma investigação etnomatemática**. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2015.

SIQUEIRA, L. M. P. **Considerações sobre as argilas e materiais argilosos do município de Caruaru-PE e sua importância socioeconômica**. Estudos Geológicos, v. 16, n. 1, p. 16, 2006.

SOUSA, J. R. F. D.; SÁ, M.; SOUZA, D. C. ; SILVA, S. K. D. **Novos modos de fazer artesanato e desafios à manutenção econômica no Alto do Moura do século XXI**. REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), v. 26, p. 557-585, 2020.

SOUSA, J. R. F.; SÁ, M.; LÔRETA, M. S. S.; SOUZA, D. C. Construção de agenda e desafios locais à valorização e ao desenvolvimento coletivo do negócio de artesanato no Alto do Moura-PE. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 27, n. 88, p. 1-17, 2022.

TAVARES, J. M. A. Análise Crítica do Discurso sobre a saúde do trabalhador: Perspectiva do artesão do barro do Alto do Moura, Caruaru/PE Dissertação. Mestrado em Ciências da Linguagem. Universidade Católica de Pernambuco. 2014, 100fl.

TERRAMAGNA. Portal do produtor rural **Sauva**: conheça essa praga e suas principais formas de controle. 2022. Disponível em: <https://terramagna.com.br/blog/sauva/> Acesso em: 01 out. 2022.

TOMAZETTI, R. R. **Análise da produção de cerâmica vermelha da Região Central do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria-RS, 2003.

UOL. **Falta barro no Alto do Moura?** Artesãos alegam risco de escassez para produção de peças. Disponível em: <https://interior.ne10.uol.com.br/noticias/2021/03/03/falta-barro-no-alto-do-moura-artesaos-alegam-risco-de-escassez-para-producao-de-pecas-205117/index.html> Acesso em: 24 jun. 2022

VITORINO, R. F. de O. **Mestre Galdino: o ceramista poeta de Caruaru-PE**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes 2013.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, p. 13-28, 2004.

XAVIER, M. C. S.; MENOR, A. E. Matérias-primas argilosas da cerâmica tipo vitalino: caracterização e origem das reservas. **Estudos Geológicos**, v. 24, p. 1, 2014.

ZAMBAM; N. J.; KUJAWA; H. A. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, vol. 13, n. 1, p. 60-85, Jan.- Abr. 2017.